



MODERADO RADICAL

O Estado que colocou o Fisco português na vanguarda da transformação digital da cobrança de impostos, criando programas pioneiros que motivam inspiração de outros países, não consegue pôr os seus tribunais fiscais a decidir em menos de dez anos - nem moderar a cultura excessivamente agressiva do Fisco.

BRUNO FARIA LOPES



A revolução no Fisco e os direitos dos contribuintes

A tarefa de cobrar impostos - arrecadar o dinheiro, induzir os contribuintes a pagar e detectar e coagir aqueles que não pagam - está a dar um salto tecnológico histórico. Não será um exagero chamá-lo uma revolução.

É um movimento duplo. Os legisladores em cada país e a cooperação entre países têm expandido a quantidade de informação, sobre pessoas e empresas, que o Fisco recebe. E os progressos na tecnologia, incluindo a inteligência artificial, estão a ser aproveitados por vários Estados, seja para extrair padrões de risco e incumprimento a partir das quantidades massivas de informação, seja para eliminarem logo no próprio desenho da declaração os possíveis pontos de fuga.

O contribuinte português tem sentido esta diferença (que descrevo num trabalho de fundo sobre o Fisco na Sábado desta semana). Mas talvez o contribuinte português não saiba que a sua administração fiscal está na vanguarda mundial em matéria de digitalização. A

Comissão Europeia apresentou há dias uma proposta de directiva inspirada no sistema português de comunicação dos pagamentos no comércio que fazemos com cartões bancários. E o e-Fatura, a revolução no IVA de que Portugal foi pioneiro, atraiu interesse de vários países.

Não parece, dada a capacidade atual do Fisco, mas a revolução está ainda no adro. A despesa recente de mais de 100 milhões de euros em tecnologia na Autoridade Tributária terá efeitos mais à frente. E nem os gastos, nem a legislação que dá mais poderes ao Fisco, vão ficar por aqui. A pressão do envelhecimento demográfico sobre os sistemas de protecção social vão continuar a gerar mais necessidade de despesa e, logo, de receita. A fraude e a evasão, sobretudo as mais complexas e globalizadas, estão longe de terem desaparecido. E a tecnologia vai

O contraste entre a expansão do poder do Fisco e as garantias das pessoas gera escasso debate.

continuar a evoluir.

É evidente que a cobrança de impostos tem valor público. É igualmente evidente que o combate à fraude e à evasão é uma questão de justiça fiscal (e penal: o Fisco tem dominado cada vez mais os grandes casos na Justiça). Mas é preocupante perceber como a expansão da capacidade do principal braço cobrador do Estado tende a ser vista sobretudo sob estes ângulos e não inclui outras questões.

A primeira é o enorme contraste entre o ritmo da capacitação digital e informativa do Fisco e o ritmo de reforma de problemas que, numa base diária, atropelam direitos básicos dos contribuintes. O Estado que foi capaz de ser pioneiro a receber faturas em tempo real não é capaz de desbloquear tribunais fiscais que demoram em média cinco anos a decidir. O Estado que digitaliza a fiscalida-

de - e é importante notar que o digital e os impostos são duas coisas complexas para milhões de portugueses - é o mesmo que manda travar os abusos do Fisco apenas quando se tornam mediáticos. Estes são apenas alguns exemplos que reflectem escolhas políticas, de diferentes governos, e que ilustram as prioridades: o Estado não devolve o respeito que está a exigir, e bem, aos cidadãos.

Há ainda a derradeira questão: a quantidade de informação que o Estado vai recolhendo sobre nós. Esta é uma tendência imparável e apenas mitigável pelo equilíbrio que, enquanto os regimes forem democráticos, a sociedade e a política exigirem aos legisladores. Mas numa era em que nos habituámos a dar os nossos dados às empresas de Silicon Valley, e em que a "consciência fiscal" cresce como um valor que passa por cima de tudo, não é de esperar que o tema venha a ocupar de forma mais frequente o espaço público. ■

Artigo em conformidade com o antigo Acordo Ortográfico

Gráfico da semana

UM FILME DE TERROR QUE NÃO SAI DOS CINEMAS

Evolução dos resultados do Novo Banco (parte em reestruturação) e empréstimos públicos, em milhões de euros

Se a resolução ditou um empréstimo público ao Fundo de Resolução, o que veio a seguir significará pelo menos mais 2,6 mil milhões de exposição dos contribuintes.



n.a. - Valores por conhecer

* - Previsões do Governo no Programa de Estabilidade

Fonte: Novo Banco, Ministério das Finanças (Programa de Estabilidade)

Vamos ter mais uma comissão de inquérito a um banco?

Olhando apenas para os factos não é um risco prever uma nova comissão de inquérito à banca: após a resolução, o Novo Banco vendeu património a preços questionáveis, teve uma tentativa de venda falhada, foi vendido num negócio que envolveu uma generosa garantia (indirecta) pública e tem sido gerido, expectavelmente, de forma a aproveitar essa garantia. Em Março, o primeiro-mi-

nistro deixou no ar a ideia de fazer uma comissão centrada no papel do Banco de Portugal - o PS parece querer deixar de fora a responsabilidade do Ministério das Finanças - e está em curso a auditoria à concessão de crédito e às recentes vendas de malparado. Não deve faltar muito para conhecermos a resposta à pergunta no título acima - e será uma surpresa se for negativa.